



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

Embargos Declaratórios nº 50742-8/02

Embargante: Drogajato-Distribuidora de Produtos Químicos Ltda

Advogado : Dr. Gláucio Manoel de Lima Barbosa

Embargado : Estado de Pernambuco

Procurador : Dra. Bianca Teixeira Avallone

Relators : Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM SEDE DE RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. FUNDAMENTAÇÃO QUE DIVERGE DA REALIDADE PROCESSUAL. EMBARGOS ACOLHIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

5447-02  
Reconheço que o fundamento lastreador de tal decisão está totalmente equivocado, pois diverge da realidade processual, o que deve ser corrigido em sede dos presentes embargos.

Na decisão afirmei que a sentença de 1.º grau "*deverá ser mantida em todos os seus fundamentos*", porém reconsiderarei no que concerne à incidência de juros de mora "*durante o período em que a liminar no mandado de segurança fora concedida*".

Na realidade, após sentença favorável proferida nos autos da ação mandamental nº 00196053588-9, que tratou da não incidência da TR/TRD na correção de crédito tributário, a embargante impetrou novo Mandado de Segurança, com o objetivo de suprimir do saldo devedor, "*o valor dos juros calculados durante o período em que a exigibilidade do crédito tributário esteve suspensa, em razão da liminar concedida no mandado de Segurança nº 00196053588-9*".

A decisão ora embargada tomou como base a suposta cassação da liminar deferida no juízo de primeiro grau, nos autos de outra ação mandamental acima referida.

227  
13  
A decisão ora embargada tomou como base a suposta cassação da liminar deferida no juízo de primeiro grau, nos autos de outra ação mandamental acima referida.

Tal ilação não é verdadeira, pois, pesquisando no Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal, visualizei que a sentença de 1º grau, concedeu a segurança, confirmando a liminar anteriormente deferida, nos autos do processo nº 00196053588-9, confirmado em sede de reexame necessário, transitada em julgado em 11.05.2000.

Sendo assim, é de se acolher os presentes embargos de declaração, emprestando-lhes efeitos infringentes, para cassar a decisão embargada, restaurando-se a decisão que negou seguimento ao reexame necessário e considerou prejudicado o apelo voluntário.


Decisão unânime.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração n.º 50742-8/02, em que figura como Embargante Drogajato – Distribuidora de Produtos Químicos e Farmacêutos Ltda. e, como Embargado, o Estado de Pernambuco.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer acolher os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, deste participando os Desembargadores João Bosco Gouveia de Melo, Fernando Cerqueira Norberto dos Santos e o Juiz Convocado, Dr. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo.

Recife, 11 de agosto de 2009

  
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª Câmara Cível

Embargos Declaratórios nº 50742-8/02

Embargante: Drogajato--Distribuidora de Produtos Químicos Ltda

Advogado : Dr. Gláucio Manoel de Lima Barbosa

Embargado : Estado de Pernambuco

Procurador : Dra. Bianca Teixeira Avallone

Relator : Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Drogajato – Distribuidora de Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. em face decisão desta Relatoria (fls. 13/15) proferida nos autos do Recurso de Agravo nº 50742-8/01, em apenso, que reconsiderou, em parte, a Terminativa, *"apenas no que concerne à incidência dos juros de mora durante o período em que a liminar no mandado de segurança fora concedida, preservando dos demais termos da decisão"*.

Aduz, em síntese que a decisão restou contraditória e obscura eis que a matéria debatida nos autos não diz respeito à cassação da liminar, nem ao *status quo ante* *"para fins de aplicação de juros de mora, enquanto a vigência da Liminar"*.

Pede o acolhimento dos presentes embargos com atribuição de efeitos infringentes, *"restabelecendo a decisão anterior a que consta da sentença até o julgamento da apelação, eis que verdadeiramente é a que corresponde a aplicação do direito ao caso concreto"*.

É o relatório

Recife, 11 de agosto de 2009.

  
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

Embargos Declaratórios nº 50742-8/02

Embargante: Drogajato-Distribuidora de Produtos Químicos Ltda

Advogado : Dr. Gláucio Manoel de Lima Barbosa

Embargado : Estado de Pernambuco

Procurador : Dra. Bianca Teixeira Avallone

Relator : Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO


É de se acolher os presentes embargos de declaração.

Transcrevo parte do pedido da Embargante nos autos da ação originária:

*b) supressão, do saldo devedor do débito, do valor dos juros calculados durante o período em que a exigibilidade do crédito tributário esteve suspensa, em razão da liminar concedida no mandado de Segurança nº 00196053588-9 (doc.2, anexo), por afronta ..."*

A ação mandamental foi julgada parcialmente procedente, no sentido de: "suspender a exigência dos juros de mora calculados sobre o débito e a multa referentes ao período de vigência da liminar de que trata o despacho de fls. 16/17...". (MS 00196053588-9)

Através de decisão terminativa de minha lavra, nos termos do art. 557, CPC, neguei seguimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo do Estado de Pernambuco. Ou seja, mantida restou a sentença de 1º grau.

Porém, em sede de Recurso de Agravo, em apenso, (50742-8/01), interposto pelo Estado de Pernambuco, reconsiderarei parte da decisão terminativa, "*apenas no que concerne à incidência dos juros de mora durante o período em que a liminar no mandado de segurança fora concedida, preservando os demais termos da decisão*". 

230 220

Reconheço que o fundamento lastreador de tal decisão está totalmente equivocado, pois diverge da realidade processual, o que deve ser corrigido em sede dos presentes embargos.

Na decisão afirmei que a sentença de 1º grau *"deverá ser mantida em todos os seus fundamentos"*, porém reconsiderarei no que concerne à incidência de juros de mora *"durante o período em que a liminar no mandado de segurança fora concedida"*.

Na realidade, após sentença favorável proferida nos autos da ação mandamental nº 00196053588-9, que tratou da não incidência da TR/TRD na correção de crédito tributário, a embargante impetrou novo Mandado de Segurança, com o objetivo de suprimir do saldo devedor, *"o valor dos juros calculados durante o período em que a exigibilidade do crédito tributário esteve suspensa, em razão da liminar concedida no mandado de Segurança nº 00196053588-9"*.

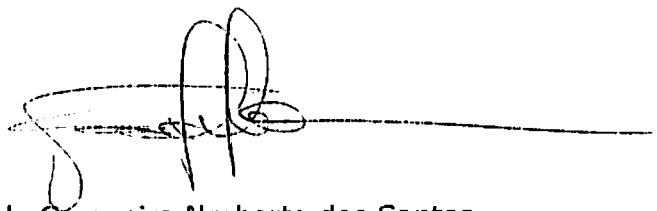
Ora, a decisão ora embargada tomou como base a suposta cassação da liminar deferida no juízo de primeiro grau, nos autos de outra ação mandamental acima referida.

Tal ilação não é verdadeira, pois, pesquisando no Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal, visualizei que a sentença de 1º grau, concedeu a segurança, confirmando a liminar anteriormente deferida, nos autos do processo nº 00196053588-9, confirmado em sede de reexame necessário, transitada em julgado em 11.05.2000.

Sendo assim, é de se acolher os presentes embargos de declaração, emprestando-lhes efeitos infringentes, restaurando a decisão que negou seguimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário.

É o voto

Recife, 11 de agosto de 2009.



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator